O rastro da dívida

PEDRO DE CAMARGO NETO

Houve um tempo em que contratar crédito rural era vantajoso. Não havia correção monetária. O crédito era o principal instrumento de indução à política da época, promovendo a utilização de insumos modernos, a mecanização agrícola e a genética melhorada. O aumento da inflação, aliado à modernização das contas públicas, acabou com o crédito rural subsidiando, aos poucos, todas as regiões do país, e para todos os agricultores, estabeleceu-se a indexação.

Seguiram-se planos heterodoxos. No momento em que se perdia o controle da economia, passava-se a manipular índices, desestruturando preços relativos, transferindo renda de um setor para outro, alterando reajustes salariais, descasando ativos e passivos, arbitrando perdas para segmentos da sociedade.

Tivemos o Plano Cruzado. O crédito rural não ficou de fora. Descasou o ativo do passivo do agricultor, levando a classe rural a se mobilizar e aprovar no Congresso Nacional legislação transferindo para o Tesouro a diferença de índices. O que para os salários é conhecido como reposição salarial por plano econômico, no crédito rural ficou conhecido como anistia, quando não calote.

O que para os salários é conhecido como reposição salarial por plano econômico, no crédito rural ficou conhecido como anistia, quando não calote.

No fim da década de 80, tivemos o Plano Verão e outro descasamento. O ano de 1990 iniciou-se com o Plano Collor. Desta vez a criatividade foi imensa. Realizou brutal reforma patrimonial no setor. Mantiveram o IPC, que expressaria uma inflação passada, desvincularam o BTN e criaram a TR, chamada na época de inflação presente. Ficou tudo de cabeça para baixo.

Os contratos com origem de recursos no Tesouro ficaram sem correção; aqueles com recursos das exigibilidades bancárias, com pouca correção; e os da caderneta verde de poupança, dependendo da data de aniversário do contrato de crédito, com até mesmo duas correções.

Os bancos privados procuraram acordos. O descasamento não era tão grande e, sendo a origem dos recursos os depósitos à vista, o ajuste ficava mais fácil. Os contratos da caderneta verde eram problemáticos. Criou-se o mata-mata e as dívidas foram sendo empurradas para depois, sempre acrescidas de taxas, juros, quando não multas. Um lado fingia que pagava e o outro que recebia.

O fantasma da anistia inviabilizou qualquer acordo durante cinco anos. Centenas de reuniões e uma CPI foram insuficientes. O Plano Real — embora não tenha manipulado os índices por meio da criativa URV — maximizou o juro real, aumentando o endividamento do setor.

Finalmente, o Banco do Brasil verificou que era o principal prejudicado pelo impasse. Pressionou o governo e chegou-se à securitização, acomodando pelo menos por enquanto essa enorme confusão.

No decorrer desse processo, o setor rural amadureceu. Afastou-se do crédito, reduzindo seu grau de endividamento. Desenvolveu o contrato de soja verde, pai da CPR (cédula do produto rural). Recentemente, o acesso a recursos externos tem representado o grande alento para a manutenção da produção.

Durante os anos de impasse, a expressão equivalência-produto simbolizou a luta contra o descasamento do ativo com o passivo. Dois principais tipos de equivalência-produto foram apresentados: a plena — que repassaria para o Tesouro todo o risco, representando uma grande intervenção nos mercados agrícolas — dificilmente seria cumprida, embora tenha sido desejada por muitos; e a Lei Agrícola nº 8.171, que introduziu a equivalência de indexação entre os preços mínimos e o crédito.

Mesmo com a chegada da estabilidade, o agricultor procura algum tipo de equivalência-produto. Existe a consciência do elevado grau de risco nos mercados agrícolas. A transformação de sua responsabilidade futura em produto, sua moeda, é almejada.

A redução do risco do agricultor é essencial. É preciso aumentar a produção com a rapidez possível e necessária com capitais de terceiros. A saída é acoplar o mercado futuro a um instrumento de crédito, criando a equivalência-produto de mercado.

Também na área do risco climático será preciso avançar. O seguro climático ainda está para ser desenvolvido, pois o Proagro, mesmo renovador, está longe de oferecer segurança para quem produz.

Pedro de Camargo Neto, doutor em engenharia de produção, é presidente do Fundo de Desenvolvimento da Pecuária do Estado de São Paulo (Fundepec).